

TRABALHOS DE PESQUISAS

DESIGUALDADES DE GÊNERO ENTRE ADOLESCENTES DE ACAMPAMENTOS DO MST NO NORTE DO PARANÁ.*Luiz Fabiano Zanatta¹; José Roberto da Silva Brêtas²*

GENDER INEQUALITIES AMONG ADOLESCENTS IN MST ENCAMPMENTS IN NORTHERN PARANÁ.

Resumo: O estudo tem como objetivo desvelar as representações sociais sobre as desigualdades de gênero entre adolescentes de acampamentos do MST no norte do Paraná. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, alicerçada nos pressupostos das representações sociais, tendo como suporte para as discussões de gênero as concepções do patriarcado. O estudo foi desenvolvido com 18 adolescentes, sendo dez meninos e oito meninas, em dois acampamentos do MST no estado do Paraná. Constatou-se que, as representações sociais sobre as desigualdades de gênero são compartilhadas e construídas sócio, histórico e culturalmente. Observa-se a presença de uma ideologia patriarcal, que cobre uma estrutura de poder desigual entre a adolescência do MST, demarcando as assimetrias sobre ser *masculino ou feminino*, fato que tem modulado comportamentos e práticas sexuais.

Palavras-chave: desigualdades de gênero; adolescentes; MST; representações sociais

Abstract: The study is aimed at uncovering the social representations of gender inequalities among adolescents in MST encampments in northern Paraná. This is a qualitative study, based on the assumptions of Social Representations, supported for discussions of gender in conceptions of patriarchy. The study was conducted with 18 adolescents, ten boys and eight girls, two MST encampments in the state of Paraná. It appears that the social representations of gender inequalities, are shared and built social, historic and culturally. Note the presence of a patriarchal ideology, which covers an unequal power structure between adolescence MST, marking asymmetries about being male or female, a fact that has modulated sexual behavior and practices.

Keywords: inequalities of gender; teens; MST; social representations

¹ Mestre em Educação e Saúde na Infância e Adolescência e doutorando em Enfermagem, ambos pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Professor assistente na Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP no curso de graduação em Enfermagem. E-mail: lfzanatta@uenp.edu.br

² Doutor em Enfermagem. Professor adjunto na Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

Introdução

Iniciamos a escrita deste artigo citando a célebre frase de Simone Beauvoir (1980, s/p): “Que nada nos defina; Que nada nos sujeite; Que a liberdade seja a nossa substância”, com a finalidade de destacar sua histórica contribuição ao criticar o essencialismo tradicionalista, e a rejeitar, já em 1949, a definição de a *mulher* com único destino de ser esposa e mãe³, posicionamento que influenciou marcantemente as líderes do movimento feminista que surgiu entre meados dos anos 1960 e início dos 1970 (PULEO, 2004).

Iniciar este escrito com Simone Beauvoir também tem como objetivo lançar interrogações, amparadas em suas duas primeiras frases “Que nada nos defina; Que nada nos sujeite” e, desta forma, apresentar duas questões que nortearam esta pesquisa, sendo a primeira: Quais são as representações que definem os papéis de gênero entre adolescentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?

Ao contextualizar a citação “Que nada nos defina” por meio da primeira questão norteadora deste estudo, busca-se identificar as representações sociais da adolescência do MST sobre como são definidos os papéis de gênero. Neste âmbito, destaca-se que as representações, valores e comportamentos que modelam a construção de gênero vão se consolidando no decorrer da adolescência, tendo sobre esta construção duas agências centrais na transmissão desses valores: a família e o grupo de pares (HEILBORN et al., 2006, p. 23).

Se considerarmos expressões escutadas corriqueiramente, tais como *homem não chora* ou *menina não joga futebol*, assinalamos as modalidades mais cotidianas de designar formas de ser masculino ou feminino, nas quais o controle dos comportamentos, sentimentos e expressão corporal são francamente convencionados e normatizados.

Essas convenções que normatizam modos de ser *homem ou mulher* fazem com que adolescentes externalizem e internalizem os modelos de papéis sexuais expostos objetivamente e subjetivamente através das normativas sociais.

Assim, por meio de uma gramática sexual, o gênero participa da formação do sujeito como outras categorias (classe social e raça/etnia), o que afasta a ideia de sua unicidade, pois ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não fragmentado (SAFFIOTI, 1987 e SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995), estando longe de ser um conceito neutro, pois “carrega uma dose apreciável de ideologia” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Sobre essas normativas sociais e concepções ideológicas que definem os papéis aceitáveis de se ser *homem ou mulher*, retomamos a segunda citação de Simone Beauvoir “Que nada nos sujeite”, que orienta a segunda questão norteadora deste estudo: Quais mecanismos exercem poder sobre as desigualdades de gênero entre a adolescência do MST?

Historicamente observa-se que a *sujeição* nos remete à temática do poder, que encontra-se imbricada na questão relacional de gênero. Saffioti (1992) no escrito *Rearticulando gênero e classe social* reflete sobre três definições de poder oriundas dos pensamentos de Weber, Marx e Foucault. De acordo com a autora, Weber entendia que o poder corresponde à imposição da vontade de um indivíduo ou grupo sobre outros, enquanto Marx enfatizava a distinção de classes como ferramenta de domínio; Foucault defende que o poder é a força do discurso na sociedade, o elemento de injunção.

Entende-se, portanto, que as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos exploradores, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno.

Ao refletirmos sobre as relações de força e poder, devemos lembrar que nossa adolescência não é neutra, são os e as adolescentes do MST, o que nos faz pensar, além do próprio Movimento⁴ com sua marcante ideologia socialista, o contexto rural. Ambientes marcados pela *moralidade* e por uma presença ainda forte do modelo de família patriarcal, que confere ainda mais naturalidade à dominação masculina, fazendo com que as diferenças de gênero entre os(as) adolescentes sejam bastante evidentes (SCOTT; CORDEIRO; MENEZES, 2010; VIEIRA, 2004).

³ Dessa perspectiva, da qual só se enxergava o patriarcado, caminhamos para uma visão centrada na mulher, cujo alcance não deixava escapar as diferenças, passando a permitir a consideração e a análise das múltiplas experiências femininas, assim como passou a representar liberdade de olhar as experiências masculinas como diferentes (SAFFIOTI, 2004).

⁴ Adota-se esta grafia no decorrer do texto, tendo presente a perspectiva apontada por Roseli S. Caldart (2004), pois toda vez que usar neste trabalho a palavra Movimento (com maiúscula), estarei me referindo ao MST.

Historicizando o patriarcado, Saffioti (2004) apresenta o momento da década de 1970 em que as feministas o conceituaram na área dos estudos referentes às mulheres, enfatizando como esse conceito domina, oprime e explora as mulheres. Portanto, no patriarcado dois sujeitos atuam: um dominando e o outro sendo dominado/subordinado. O que aponta a existência de certo tipo de consentimento de uma das partes, que é ativado por inúmeras razões: seja por não enxergar a ordem patriarcal da sociedade ou por entender que é algo dado, natural. Se existe a consciência dessa dominação, outras questões podem entrar em foco, como é o caso da violência e da dependência financeira (SAFFIOTI, 2004).

Sobre a perspectiva do patriarcado, apresenta-se outra questão que orienta este estudo: Há uma ideologia patriarcal que cobre uma estrutura de poder desigual entre a adolescência do MST?

Entende-se que a busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história social brasileira, história esta construída em diferentes espaços e lugares com a participação de diferentes mulheres, com maior e menor visibilidade e presença política (BRASIL, 2013), no entanto, mesmo diante de toda a relevância social e política do MST, que em janeiro de 2014 completou 30 anos de luta e resistência, observamos que os estudos de gênero, principalmente os que versam sobre sua adolescência e juventude, ainda não se consolidaram plenamente.

Neste sentido, o estudo tem como objetivo desvelar as representações sociais sobre as desigualdades de gênero entre adolescentes de acampamentos do MST no norte do Paraná, identificando os mecanismos que exercem poder sobre as desigualdades de gênero e como o patriarcado atua neste processo.

Percurso metodológico

Este artigo é produto da dissertação de Mestrado, defendida em 2013 junto ao Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo, com o título "*A sexualidade de adolescentes em Escola Itinerante do MST, no norte do*

Paraná", desenvolvido com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado entre os meses de fevereiro a agosto de 2012, tendo como suporte metodológico as Representações Sociais (RS). As RS têm o objetivo de "abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordens e percepções que reproduzam o mundo de uma forma significativa" (MOSCOVICI, 2003, p. 46). Assim, representação é igual a imagem e significação. Por meio de mecanismos mentais, o sujeito constrói a figura no universo de percepções, às quais dá significado a partir do seu cotidiano e interação social.

Assume-se como cenário de estudo uma Escola Itinerante⁵ do MST, situada na área rural de um município localizado ao norte do estado do Paraná, que acolhe educandos(as) de dois acampamentos do Movimento, que abrigavam, entre si, 110 famílias.

O levantamento documental realizado em fevereiro de 2012 na escola itinerante mostrou a presença de 45 educandos(as) regularmente matriculados(as), e que possuíam idade compatível com a proposta de estudo, na faixa etária de 12 a 18 anos de idade, conforme definição de adolescência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Tendo em vista o número de adolescentes compatíveis aos critérios de inclusão, foi necessário convidar todos(as) para um momento de sensibilização e explicação a respeito dos objetivos da pesquisa. Após este momento, 24 adolescentes concordaram em levar os Termos de Consentimento e Assentimento para serem avaliados por seus/suas responsáveis. No entanto, alguns não obtiveram autorização, sendo o pai o principal responsável pela negativa de participação dos(as) adolescentes no estudo.

Desta forma, integra a pesquisa 18 adolescentes, sendo dez do sexo masculino e oito do sexo feminino. Como garantia do anonimato dos(as) participantes, foram utilizados pseudônimos relacionados a pessoas com expressiva relevância e contribuição dentro da história do Movimento.

⁵ Por meio do Processo nº 1344/03 e Parecer nº 1012/03 de 08/12/2003, o Conselho de Estado da Educação do Paraná, autorizou a implantação da Escola Itinerante nos acampamentos do MST no estado, determinando a Escola Itinerante como proposta alternativa que busca atender e garantir o direito à escolarização de crianças, adolescentes, jovens e adultos que vivem em situações adversas e, por isso, não conseguem estudar na forma como a escola está organizada (PARANÁ, 2003).

Para coleta de dados utilizou-se entrevista, observação participante e grupo focal (GF). Para a realização da entrevista, foi elaborado um roteiro semiestruturado contendo 15 questões: dez estruturadas, que versavam sobre caracterização sociodemográfica, e cinco não estruturadas, que buscavam identificar os processos familiares.

O objetivo da entrevista foi traçar o perfil dos(as) adolescentes, possibilitando a identificação desses sujeitos e de como viviam. Ressalta-se que ao utilizarmos a entrevista, como proposta que antecedia a aplicação do GF, foi possível estabelecer uma melhor relação de proximidade com os (as) adolescentes.

A observação participante teve como objetivo refletir sobre questões apreendidas, percebidas e vivenciadas pelo pesquisador, quando inserido no campo de estudo, demonstrando as descobertas que emergem no cotidiano destes(as) adolescentes. Para José M. Pais (2003) a observação do cotidiano nas pesquisas sociais é de extrema importância, por entender que:

[...] se é verdade que o social não existe senão através dos indivíduos, estes, por sua vez, não podem ser sociologicamente estudados senão a partir das regras, das normas, das instituições, dos valores e das concepções que interiorizam ou que, pelo menos, reproduzem, como um habitus, nos seus comportamentos (p. 110).

A observação participante ocorreu entre os meses de fevereiro a junho de 2012. Durante esse período foram realizadas 18 visitas à Escola Itinerante, totalizando 100 horas de observação. Para orientar a observação, foi delimitado um roteiro contendo quatro eixos norteadores: impressões em relação ao ambiente; impressões em relação à organização social; aspectos das rotinas diárias; contribuições para os métodos de estudo.

Considera-se que as duas técnicas de coleta de dados relatadas anteriormente foram essenciais para a aplicação do último método de pesquisa, o GF, pois facilitaram a elaboração dos significados das RS, ao contribuírem na transformação simbólica do “não familiar em familiar” (MOSCOVICI, 2003).

O GF é uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, em um mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar,

a partir do diálogo e do debate “com e entre eles”, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002).

Para aplicar o GF, formaram-se dois grupos homogêneos, sendo um grupo composto por dez adolescentes do sexo masculino e outro, por oito adolescentes do sexo feminino. Foram realizados três encontros de, no máximo, 50 minutos com cada grupo, evitando a dispersão dos participantes. Os GF aconteceram no mês de abril de 2012, em uma sala de aula da Escola Itinerante.

Para a condução dos GF foi elaborado um roteiro de debate, que possuía três questões norteadoras: Como se relaciona com os outros no contexto da sexualidade? Quais são os cuidados com sua sexualidade e prática sexual?; Quais espaços de lazer vocês frequentam? Ressalta-se que para a formulação do roteiro de debate, foi realizado o pré-teste, com a primeira proposta de roteiro. As percepções deste momento colaboraram para a reestruturação do instrumento, não sendo seu conteúdo utilizado na análise dos resultados desta pesquisa. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo – CEP/UNIFESP, sob o número 1997/11 e atendendo às orientações da Resolução 466/2012, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos.

Resultados e Discussão

Representações sociais sobre as desigualdades de gênero entre adolescentes do MST.

Para a apresentação do território central das RS emergentes dos resultados da pesquisa, foi elaborada a Figura 1, na qual se visualiza a presença de um *núcleo central* das RS, que foi fortemente estabelecido e sustentado sobre as desigualdades de gênero.

Percebe-se, através do estudo, que o núcleo central das RS dos(as) adolescentes sobre as desigualdades de gênero firma-se nas representações através de *símbolos*, demonstrando sua organização em torno do consenso, da estabilidade, da rigidez e da homogeneidade de ideias do grupo, possibilitando emergir um sistema periférico composto por heterogeneidades e contradições que circulam e se perpetuam. Portanto, a elaboração da Figura 1 visa estabelecer toda esta organização entre os sistemas centrais e periféricos no material coletado.

Na Figura 1 observa-se que, sobre o núcleo central, estão integrados quatro *núcleos figurativos* (MOSCOVICI, 2003; SPINK, 2010),



Fonte: Dados da Pesquisa – Desigualdades de Gênero entre adolescentes do MST no norte do Paraná, Brasil, 2013.

todos fortemente ligados ao núcleo, e que reproduzem visivelmente o complexo de ideias emergentes que diretamente associam-se entre si. Ressalta-se que as narrativas dos (as) adolescentes que sustentavam os núcleos emergentes, em sua maioria, carregaram todos os núcleos figurativos imbricados entre si.

Desta forma, o trabalho na análise de dados, foi justamente observá-los, de tal forma que compreendê-los em seus pormenores possibilitaria emergir as singularidades e subjetividades que sustentavam cada núcleo figurativo. Para tanto, define-se, pela apresentação de cada núcleo figurativo isoladamente, no decorrer desta discussão.

O saber sobre a sexualidade

Uma importante constatação deste estudo, e que imprime desigualdades de gênero quanto ao saber sobre a sexualidade, foi constatada logo no início da pesquisa, durante o recrutamento dos(as) participantes. Destaca-se que a composição do grupo de adolescentes do sexo masculino aconteceu de forma imediata. No entanto, para a composição do grupo feminino, vários convites tiveram que ser feitos para que fosse possível sua formação, pois as meninas encontravam resistência para obterem

a autorização de seus responsáveis para participarem da pesquisa.

Ressalta-se que a figura familiar citada como responsável pela proibição à participação no estudo é a do pai das adolescentes. Sobre esta constatação, apresenta-se o relato de Sônia:

“Eu queria muito participar da pesquisa, mas meu pai é muito rígido. Eu nem tive coragem de entregar o papel para ele, deixei lá na sala. Ele leu o papel um monte de vez antes de assinar e quase não deixou eu vir. Eu fiquei morrendo de vergonha dele, não consegui ir nem lá na sala.” (Sônia, 18 anos.)

No caso de Sônia, seu pai permitiu que ela participasse do estudo, mas outras seis meninas que procuraram o pesquisador interessadas em integrar o grupo foram proibidas pelo pai, como descrito na verbalização de uma das adolescentes:

“Meu pai disse que não quer eu misturada nestes tipos de conversas não. Falou que ainda num é hora de ficar sabendo dessas coisas. Ficou bravo, pegou o papel e rasgou!” (uma adolescente de 15 anos, anotações do diário de campo.)

Observou-se, nos relatos apresentados, posicionamentos incisivos quando as adolescentes

solicitaram autorização de seus pais. No relato anterior, constata-se que o pai da adolescente chegou a rasgar o termo de consentimento. Ressalta-se que o motivo dos pais para que suas filhas não participassem do estudo atrelava-se ao direcionamento dos assuntos: Falar sobre sexualidade.

Sobre as negativas de participação em discussões sobre sexualidade, fica explícito que a experiência da sexualidade, que representa iniciação, socialização e função sociais, está fortemente orientada pela coletividade, de tal forma que são instituídos sistemas de controle da sexualidade dos indivíduos (FOUCAULT, 1988), e no caso do presente estudo, o controle direciona-se ao sexo feminino.

Verifica-se, nos resultados, a subordinação das adolescentes frente ao pai. Portanto fica nítido o quanto as relações sociais da sexualidade ou as relações de "gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos exploradores, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno" (SAFFIOTI, 1992, p. 185).

Entre os assentamentos e acampamentos do MST é perceptível a influência das famílias enquanto agentes de socialização para a sexualidade, principalmente no controle sobre a sexualidade feminina (VIEIRA, 2004). Fica evidente o papel do gênero sobre a responsabilidade ou participação na vida sexual das meninas entre pais e mães. Pois mães "cuidam", repassando cuidados com higiene e saúde, informando, levando ao médico e por vezes controlando. Já os pais, sobre a responsabilidade do "cuidado", assumem o posicionamento de somente "controlar" o exercício da sexualidade das meninas.

Corroborando as constatações desta pesquisa, cita-se o estudo de Elisa G. de Castro (2006), com tema *Juventude rural e a reprodução social das hierarquias*, por constatar que ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. Mas ser jovem rural e mulher representa uma situação de *inferioridade* na hierarquia social ainda maior. Pode-se inferir que a sexualidade em contextos rurais, tanto quanto nas áreas urbanas, ainda é tratada como um tema tabu, imposto por um "*habitus* da família rural patriarcalista" (PAULO, 2010, p. 363).

Destaca-se que a raiz camponesa do MST tem a ver especialmente com a dimensão dos lutadores sociais do campo, misturando na herança pessoal da maioria de seus (as) integrantes os traços do que podemos chamar do *modo cotidiano de vida camponesa*, que é naturalmente

impregnado pelo modelo da família patriarcal, e que carrega elementos fortes da tradição de conservação, e "ao mesmo tempo de rebeldia social" (CALDART, 2004, p. 45).

Neste viés, embora avanços significativos tenham surgido frente aos papéis e diferenças de gênero, principalmente sobre a possibilidade de dialogar e conhecer sobre sexualidade, ainda se encontra um importante caminho a ser percorrido, quando voltamos a atenção às meninas integrantes do MST. Os relatos das adolescentes garantem essa constatação:

"Não tem como conversar com meu pai, não. Ele é daqueles antigão, cara, se falar que ficou já tem que casar!" (Dorothy, 13 anos.)

"Nossa, eu não posso falar nada com meu pai, não... Ainda mais se ele souber que rolou (referindo ao sexo), daí eu apanho!" (Rose, 13 anos.)

"Eu jamais conversaria nada disso (sobre sexualidade) com eles, jamais. Eu morro de vergonha e meu pai é muito rígido." (Sônia, 18 anos.)

"Quando meu pai vem falar comigo alguma coisa disso (sobre sexualidade), a única coisa que ele fala é que num quer eu envolvida em bagunça aqui com meninos, não, fala que eu não posso namorar ainda, que sou muito nova." (Solange, 13 anos.)

Ressalta-se que todas as falas apresentadas são expressões das adolescentes, pois esse sentido controlador e até mesmo repressivo direcionado à figura do pai, sobre o *falar* em sexualidade, não foi constatado entre os meninos. A única exceção foi o relato de Arnildo (13 anos), que traz o *controle* e a *repressão* expressos em sua fala, sendo o único adolescente que manifestou a presença de valores religiosos, influenciando na construção de sua sexualidade.

"Tenho mais liberdade de falar com minha mãe... mas não falar de tudo, né, ela é crente... (risos) Se ela ficar sabendo que fiz alguma coisa, eu apanho!" (Arnildo, 13 anos.)

No estudo desenvolvido por Dulce Gualda e Lúcia Ressel (2003, p. 86) com título *A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais*, as autoras apresentaram constatações que corroboram com os resultados desta pesquisa, pois também observam que "os pais conversavam pouquíssimo com suas filhas

sobre a sexualidade e as orientações eram dadas como alertas ou proibições, por meio da repressão, dando vazão ao controle social e cultural”.

A desigualdade de gênero para o *saber sobre a sexualidade* também é reafirmada nas verbalizações dos meninos, que de certa forma, atribuem e culpam as meninas pela desinformação, e conotam a elas a responsabilidade pela prevenção da gravidez, conforme observado nos relatos:

“O homem é mais liberal que a menina, por um lado, né. As meninas têm vergonha de conversar com os pais. Conversam entre elas, irmãs e com as amigas. Quando já vê, aparecem ‘buchudas’ [grávidas]. Por mais que a menina seja presa, a mãe leva nas rédeas, na ponta mesmo... A menina sai ali na frente, dali a pouco aparece grávida. Se tivesse falado, explicado para usar preservativo, não tinha acontecido.” (José Roberto, 16 anos.)

“Meninas não falam com os pais... Se falassem, as coisas não aconteceriam, ou aconteceria bem mais para frente.” (Francisco, 14 anos.)

É possível verificar, entre os relatos dos adolescentes que, por razões culturais e sociais, nos acampamentos pesquisados, a sexualidade tem sido tratada como tabu, um tema moralmente condenável, principalmente quando se trata da sexualidade feminina. Notou-se que, na concepção da maioria dos pais das adolescentes do MST, a sexualidade não é assunto *decente* para ser falado com as filhas, portanto: “‘Moça séria não fala dessas porcarias’ é o que ainda se ouve da boca de muitos homens e até mesmos de mulheres em muitas comunidades rurais” (CAMBRUZZI; RUBIM, 2012, s/p).

Assim, as desigualdades de gênero condicionam os indivíduos a assumirem padrões de comportamento distintos, que serão normativamente permitidos para homens ou mulheres. Percebe-se, portanto, que os(as) adolescentes dos acampamentos estudados são culturalmente direcionados a *conhecer, pensar e agir* de acordo com a natureza de seu sexo.

As relações que se estabelecem na família e no grupo de pares se entrelaçam na construção da sexualidade dos(as) adolescentes e, como já vem sendo elucidado nesta pesquisa, fortemente marcada por relações de poder, expressas principalmente sobre a figura do pai, e que vão determinando os papéis de gênero.

Os espaços de socialização

Constatou-se, através da RS dos(as) adolescentes, que as relações intergeracionais, que delimitam os espaços de socialização no contexto dos acampamentos pesquisados, são extremamente conflitantes e impregnadas de tabus e preconceitos historicamente construídos, que marcam principalmente as desigualdades de gênero.

As RS que emergiram deste estudo delimitaram os espaços destinados para *homens e mulheres*, e que indicam construções culturais, ou seja, “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos *homens e mulheres*” (SCOTT, 1995, p. 75) no contexto da socialização dos (as) participantes desta pesquisa.

As RS dos(as) adolescentes dos acampamentos sobre os espaços de socialização demonstram que as construções culturais que dela emergem são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e constituem a base sobre a qual se assenta a forma primeira de significar relações de poder.

A importância desta RS, que marca uma conceituação de gênero, reside no fato de oferecer um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens, isto é, enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995).

A socialização, que ocorre por meio dos ensinamentos sobre formas de vestir, pensar, do agir *masculino* e *feminino*, leva a crer que as regras arbitrárias ligadas aos corpos são naturais (portanto, inquestionáveis), naturalizando, assim, a divisão sexual. Portanto, a ordem social ratifica, por vias simbólicas, a dominação masculina sobre a qual estão alicerçadas a divisão social do trabalho e a estrutura do tempo e espaço, o que acaba reservando às mulheres o espaço doméstico, da casa (BOURDIEU, 2003, p. 18).

Sobre esse processo de socialização, fortemente marcado por diferenças entre gêneros nos acampamentos, cita-se Vilênia Aguiar e Luiz Stropasolas (2010), que exemplificam as constatações deste estudo:

Os rapazes têm acesso a formas mais variadas de lazer e saem para se divertir mais que as moças. Isso se dá, fundamentalmente, por duas razões que se encontram atreladas: a primeira delas encontra-se no fato de os rapazes, pela própria condição de ser do sexo masculino, possuírem maior liberdade de ‘ir e vir’; a segunda reside no fato de eles terem maior mobilidade do que as moças,

pois, normalmente, têm acesso ao carro do pai ou possuem moto, ou, ainda, em última instância, podem contar com a carona dos amigos. (p. 176)

Nos acampamentos pesquisados, observou-se como ponto *de/para* encontro dos(as) adolescentes, a escola (o principal), o campo de futebol e a própria vizinhança, ou seja, o entorno do acampamento. Ressalta-se que as adolescentes, por sua vez, possuem uma menor liberdade de circulação entre os espaços de lazer existentes. Para frequentarem esses espaços de socialização, elas necessitam da autorização dos pais, no entanto nem sempre a obtém.

Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000) também verificaram, na maioria dos assentamentos pesquisados por elas, uma significativa assimetria nas relações de gênero relativa ao lazer, sendo que os homens têm mais possibilidades de acesso, especialmente às atividades que implicam deslocamento para espaços extradomésticos.

Verificou-se que, para as adolescentes dos acampamentos investigados, o único espaço de lazer fica condicionado ao ambiente escolar e o doméstico, conforme expresso nas verbalizações:

“Aqui é muito ruim né... Num tem nada pra fazer, é da casa pra escola! (Marina, 16 anos.)

“A gente vai pra escola, volta, ajuda nas coisas da casa e depois fica por aí na casa das vizinhas, batendo papo e tal... É só, mesmo. Acho que na cidade as pessoas têm mais opção, né. Aqui a gente num tem pra onde ir. (Sônia, 18 anos.)

A falta de espaços para a interação com outros adolescentes tem implicações para a constituição de práticas e parcerias sexuais, uma vez que diminui as possibilidades de cenários para o desenvolvimento dos roteiros afetivo-sexuais (OLIVEIRA, 2004). Desta forma, a escola surge como o principal cenário para a construção das relações amorosas e sexuais, tanto das meninas como dos meninos.

Por vezes, há nos acampamentos *bailes*, o que promove uma maior oportunidade de conhecerem outros(as) parceiros(as). No entanto, percebe-se que os *bailes* também possuem maior participação masculina e vinculada à faixa

etária, recorte não imposto para todos(as), sendo variável de acordo com as normas dentro do ambiente familiar, conforme demonstrado por Arnildo: “Eu ainda não posso ir em baile, não... minha mãe diz que sou muito novo pra ficar até tarde nessas bagunça.” (Arnildo, 13 anos.)

Para os(as) adolescentes os *bailes* surgem como uma opção a mais, para o processo de socialização, e uma oportunidade para se conhecer novas pessoas. Porém durante este momento, há uma maior vigilância do Setor da Disciplina⁶ sobre eles(as). Fato verbalizado sempre impregnado pelo descontentamento deste posicionamento assumido pelo MST, conforme demonstram os relatos:

“Tá loco, meu, num sei porque são assim. Fazem o baile aqui, aí por onde você olha tem alguém da disciplina te olhando, ficam tudo cuidando da gente!” (Marina, 16 anos.)

“É difícil hein... se é pra gente se divertir porque que fica todo mundo em cima?” (Ademar, 16 anos.)

“Até num baile aqui tem que ter disciplina pra tudo quanto é lado!” (Solange, 13 anos;)

Destaca-se que a vigilância é maior nos *bailes* dos acampamentos, dos quais participa toda a comunidade e talvez por isso as meninas tenham maior possibilidade de frequentá-los. Ou seja, podem ir, pois estarão sob constante vigilância.

Retomando os locais de socialização, destacou-se nos acampamentos pesquisados o campo de futebol. Os adolescentes dos acampamentos citam o futebol como principal atividade de lazer, no entanto, identifica-se que esta atividade é representada socialmente como *esporte masculino*. Esta RS simboliza o senso comum da própria história do esporte no Brasil que, até o ano de 1979, proibia as mulheres de jogarem futebol, atividade incompatível com o que se considerava adequado às mulheres (BRASIL, 2013).

Perpetuando esse comportamento histórico e cultural, observou-se nos acampamentos que as meninas, mesmo gostando de futebol, só podem praticá-lo longe dos olhares dos meninos, conforme afirmado por Marina:

“Aqui os meninos são tudo machista! A gente gosta de brincar de bola, só que se eles

⁶ Responsabiliza-se por garantir os princípios ideológicos do Movimento, manter a ordem/disciplina pautadas nas normativas internas, promover o envolvimento e cumprimento das tarefas no acampamento.

ver a gente jogando, eles num deixa. Ficam atrapalhando e tomam até a bola. Falam que isso não é coisa para mulher.” (Marina, 16 anos.)

Constata-se a presença de estereótipos de gênero, pois, como historicamente foi construído, jogar futebol é algo para homens, o que acaba sendo reproduzido através das representações dos meninos. Verifica-se que há neste processo a *generificação de corpos*. Entende-se por corpos generificados os produzidos culturalmente a partir de lugares preestabelecidos para a *mulher e para o homem*, dentro de uma lógica heteronormativa (LOURO, 2007).

O estudo evidencia que há diferenças entre meninas e meninos no processo de socialização, fato que promove desigualdades de gênero no acesso a formas de lazer e na liberdade de circulação, de modo que são as meninas que mais se ressentem da falta de lazer nos acampamentos pesquisados.

Ressalta-se que, no acampamento, ser adolescente do sexo feminino é carregar o peso da autoridade paterna e vivenciar um controle social dentro e fora da família, exercido também pela comunidade e pelo setor de disciplina. Há pressões para que a menina mantenha um *comportamento adequado* frente às manifestações e expressões de sua sexualidade, para que não se torne *mal falada*, fato que envergonharia a família.

As relações de gênero no acampamento, ao mesmo tempo em que definem o lugar do feminino e do masculino, classificam as meninas a partir da moralidade, resignificando assim o seu pertencimento àquela coletividade (SCOTT; ATHIAS; QUADROS, 2007). Em contraposição, esta moralidade não é verificada para o comportamento dos meninos, ao contrário, até os valoriza, pois promove afirmação de sua virilidade, motivo de orgulho para os pais.

Portanto, dentro dos espaços de socialização dos acampamentos investigados, os estereótipos sobre o comportamento sexual feminino e masculino parecem se perpetuar e são *heteronormatizadores*. Isto devido à construção social em que o homem é ser ativo e forte, seu apetite sexual é estimulado e premiado por toda a família, principalmente pelo pai, e a mulher é elemento passivo e frágil, sua sexualidade é *negativada* e mensurada, fortemente associada à honradez e, ao contrário do homem, é desestimulada e controlada, muitas vezes tida como motivo de vergonha e desonra (CAMBRUZZI; RUBIM, 2012)

Essas considerações confirmam todo um arcabouço histórico, social e cultural, justaposto às concepções do patriarcado, que modulam as desigualdades de gêneros, em que, sobre o processo de socialização, conjugam-se comportamentos e papéis sexuais legitimados e aceitáveis com a sociabilidade entre pares e a coletividade.

A paquera

Quanto à *paquera*, observa-se que esta expressão, para os (as) adolescentes participantes do estudo, direciona-se aos jogos afetivos que antecipam o *ficar*. Para os(as) adolescentes, a paquera leva ao *ficar*, que, além de não envolver compromisso entre os parceiros, funda-se na imprevisibilidade: pode resumir-se a um encontro, com ou sem ato sexual, ou raramente desembocar em um namoro (HEILBORN et al., 2006).

Destaca-se que entre os(as) 18 adolescentes do estudo, apenas três relataram já ter namorado sério. Quanto ao *ficar*, três adolescentes (dois meninos e uma menina) que nunca tiveram esta experiência afetivo-sexual.

Verificou-se que para os(as) adolescentes dos acampamentos, o *ficar* se estabelece como um marco dos relacionamentos, correspondendo a diferentes práticas, não tendo um significado único. A experiência de *ficar* é vivenciada de forma diferente por meninas e meninos, uma vez que, para eles há uma naturalidade na experimentação e busca da experiência sexual, que é inclusive aceita e vivenciada pelos dois sexos (BOURDIEU, 2003).

Igualmente, no estudo de Vieira (2004), realizado com jovens assentados o *ficar* se estabeleceu como um marco dos relacionamentos juvenis, correspondendo a diferentes práticas, não tendo um único significado. No estudo da autora, o *ficar*, em alguns depoimentos, aparece associado ao primeiro beijo, em outros, o primeiro beijo é o próprio *ficar*, em outros, o beijo inaugura um período de *ficar*.

Observaram-se sentidos diferentes para a manifestação afetiva do *ficar*, que se apresentou impregnada por assimetrias de gênero entre os(as) adolescentes participantes. Para os meninos a palavra *ficar* é constantemente substituída por expressões como *catar* ou *pegar*. E conforme os relatos, *ficar* direciona sempre à possibilidade de uma prática sexual descompromissada.

“Começa com frescura pro nosso lado a gente cata, mesmo.” (Ademar, 16 anos.)

“Elas são mais safadas (risos)... Come-

çam com frescura... daí vêm pro nosso lado esfregando, daí a gente faz o serviço, cata, mesmo! (José Roberto, 16 anos.)

“Os meninos só vêm atrás da gente com segunda intenção, só querem sexo e mais nada!” (Sônia, 18 anos.)

Destaca-se que, na percepção dos meninos, as meninas seriam mais paqueradeiras do que eles. Esta particularidade sobre a paquera foi constantemente reafirmada nos discursos dos meninos:

“As mulheres são mais paqueradeiras porque os homens são mais tímidos. Elas têm mais coragem de chegar.” (Ademar, 16 anos.)

“As meninas daqui são muito mais asanhadas que os meninos. Elas chegam, mesmo!” (Francisco, 16 anos.)

“Elas têm mais safadeza.” (João, 14 anos.)

Através dos relatos dos meninos, constatase que a menina, ao manifestar seu desejo de se aproximar dos rapazes, acaba sendo vista como *mais assanhada*. Esta RS está diretamente relacionada à construção masculina em que a mulher deve ser recatada e submissa e jamais deve querer ganhar *campos masculinos* (SAFFIOTI, 2011).

Ainda que, para ambos os sexos, o ficar venha se tornando uma possibilidade, de certa forma, fluida para a iniciação dos jogos amorosos e sexuais da adolescência, nele persistem códigos restritivos, preconceitos e interdições (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). No entanto, neste estudo, não foram verificados entre os(as) adolescentes códigos restritivos sobre os papéis de gênero, pois são as meninas quem tomam a iniciativa sobre o *ficar*, o que aponta para uma tendência de abertura à revisão de papéis sociais e sexuais.

Verifica-se, portanto, entre a adolescência participante do estudo, uma maior democratização dos corpos, no sentido de que as mulheres também podem hoje, com tanta liberdade quanto os homens, viver a sua sexualidade e expressarem seus desejos (GOLDENBERG, 2006).

Virgindade

As RS dos(as) adolescentes participantes do estudo sobre a virgindade demonstram que, “os sentidos diferenciados por gênero na virgindade é condicionada pela construção da masculinidade, amparada por rituais de socialização, como a pressão exercida pelos pares” (CASTRO;

ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 74).

Destaca-se que, historicamente, a ideia de virgindade se constitui como uma proibição social da *defloração* da mulher antes do casamento. No entanto, para a adolescência participante do estudo, confirmam-se influências imbricadas sobre essa construção, como também novas concepções sobre a virgindade.

Entre os meninos participantes do estudo, as RS sobre virgindade demonstram que ela se formula como uma *preocupação*, pois perder a virgindade faz parte de um *ritual de passagem* que comprovará a masculinidade e virilidade do menino entre o grupo. Nota-se que o grupo exerce pressão para a concretização deste ritual:

“Se o menino for virgem vai começar a ser zuado. Chegou nos 14 anos, não perdeu ainda, tá perdido com a gente (risos).” (Natalino, 16 anos.)

A verbalização de Natalino foi acompanhada de diversas manifestações que comungavam de sua fala, seguida por frases como: “*Ixi, tá morto com a gente*” (Marcos Tiaraju, 17 anos); “*Fica ruim pra ele, hein*” (José Roberto, 16 anos).

Os adolescentes delimitam prazo para que os meninos se mantenham virgens, ou seja: *Você tem até os 14 anos para perder sua virgindade!* Portanto, a perda da virgindade, entre os meninos participantes do estudo, marca um *rito de passagem*, não somente entre infância e adolescência mas sobre *confirmar-se homem*, estereotipando um momento de afirmação da masculinidade. Tal caminho conduz à afirmação da virilidade, que interfere também sobre a busca por autonomia, o que no senso comum se traduz por *tornar-se homem*.

Para exemplificar as RS da virgindade entre os meninos participantes da pesquisa, será utilizada a verbalização de João, que apresenta o senso comum expresso por todo o grupo de meninos:

“Num tem nada a ver, a virgindade. A diferença é só a experiência mesmo. Quem já fez, sabe mais, né! (João, 14 anos.)

Destaca-se que, algumas meninas possuem a mesma RS sobre virgindade que os meninos, conforme descrito nos relatos:

“Não significa nada... Só uma palavra, mesmo!” (Rose, 13 anos.)

“Ah num tem nada haver, cara, esse negócio de ser virgem... Num significa nada, não,

única diferença é a experiência, mesmo. (Dorothy, 13 anos.)

“Cada um faz o que quer né... Mas pra mim num significa nada, não, quem perdeu ou num perdeu! (Solange, 13 anos)

Observou-se, portanto, que entre o grupo de meninos e para a metade das meninas (04), a virgindade não traz consigo nenhum simbolismo de *valor*, pois para eles(as) é algo que “não significa nada”. Essas adolescentes que se posicionam pelo direito de decidir por perder ou não sua virgindade, para a qual não atribuem *valor simbólico*, rompem com o cristalizado conceito de virgindade imposto pelo modelo patriarcal. As RS das adolescentes expressam que elas não são propriedades e poder dos homens, e buscam romper com o paradigma vigente neste contexto social, histórico e cultural.

No entanto, da mesma forma que para os meninos, entre as meninas quem *perder* a virgindade ganharia mais *experiência/aprendizado*, e estaria se preparando para uma prática sexual mais satisfatória, como manifestado nos relatos:

“É só uma palavra. A mulher num precisa se manter virgem, não, mulher que perde fio sabe mais cara! Se pegar um homem mais evoluído, daí, se ela perdeu cedo, já sabe mais.” (Dorothy, 13 anos.)

“Isso aí que a Carla falou, mesmo. Tem homem aqui que não gosta de ensinar. Daí vai que eu cato um homem que não tem paciência de me ensinar... hé meu Deus do céu... (Rose, 13 anos.)

Percebe-se, entre as adolescentes, que a perda da virgindade anteciparia a aquisição de experiência e aprendizado, garantindo um bom desempenho sexual com seu parceiro. No entanto, não se observa, entre as adolescentes que já tiveram sua primeira prática sexual, preocupação com o *prazer*, mas sim com o seu desempenho frente ao seu parceiro.

Observou-se que a forma como estas adolescentes se posicionam ao assumirem seu papel sexual confirma representações sociais que alimentam um discurso sexista e uma nítida assimetria de gênero. Ao posicionarem sua prática sexual preocupada somente com o prazer do parceiro, transformam-se em um simples objeto para desfrute masculino, que imprime nestas adolescentes uma relação de dominação-exploração, em que são utilizadas como objetos sexuais (SAFFIOTI, 2004).

Entre os (as) participantes do estudo, o desejo feminino é visto como condicionado ao masculino e a ideia de *perda da virgindade* remete à uma condição feminina apenas de objeto de dominação, conotando uma importante desigualdade de gênero, pois o ato sexual remete à uma relação de dominação na qual as mulheres são possuídas e submetidas ao poder do homem (BOURDIEU, 2003). Para estas adolescentes há a crença de que, quanto melhor o desempenho sexual da mulher, e maior for o prazer proporcionado ao seu parceiro, maior será o tempo de relação com ele.

Entende-se, neste estudo, que a sexualidade destas adolescentes e suas concepções sobre práticas sexuais circulam em uma dimensão na qual fica explícita a *passividade/subjugação* feminina, de tal forma que existe um poder masculino moldando suas vontades, desejos e projetos de vida para uma lógica da domesticação dos seus corpos, ou seja, cria-se uma crença que se deve *servir bem sexualmente ao homem*.

Essa constatação evidencia que a ideologia patriarcal, que marca o empoderamento do homem sobre a mulher, está tão inserida neste contexto que as meninas participantes do estudo acabam assumindo a reprodução de pensamentos e ações conservadoras que instituem o machismo, que produz diversos tipos de violências, mas que são cobertas pela cortina que esconde a agressão deste ato e acabam disseminando os mesmo valores patriarcais em suas vidas (SAFFIOTI, 2004).

Retomando o sentido de *aprendizagem/experiência* trazido pela perda da virgindade, Maria de F. Alves (2003) acrescenta outro fator: a falta de conotação romântica na primeira relação sexual. Na pesquisa da autora, tal percepção foi constatada entre homens rurais. Destaca-se que, no presente estudo, a ausência de conotação romântica na primeira relação sexual foi percebida entre a maioria dos(as) adolescentes que já tiveram sua primeira relação sexual.

No entanto, para quatro meninas, há RS diferentes sobre a virgindade, conforme as transcrições:

“Tem que ter a pessoa certa né... Os dois têm que se gostar.” (Iraci, 12 anos.)

“Pra mim é isto, representa uma honra. Pois pensa, se você chegar a casar com um cara, ele vai falar assim: Olha, peguei uma menina virgem, pura!” (Sônia, 18 anos.)

“Acho que a menina tem que se respeitar e se guardar.” (Marina, 16 anos.)

“Acho que vai muito da menina, né... confiar mesmo para poder se entregar, tem que ser a pessoa certa.” (Roseli, 14 anos.)

Percebe-se no relato destas adolescentes, contrapondo-se aos anteriores já discutidos sobre virgindade, a presença de significados como *honra*, *pessoa certa* e *guardar*. Todas essas palavras demonstram que, para estas adolescentes, sua virgindade (res)guarda o respeito que ela terá diante da sociedade e do seu namorado ou futuro cônjuge. Destaca-se que “quando se guarda algo é porque é precioso, pois se não tem valor, não precisa ser guardado” (OLIVEIRA, 2004, p. 183).

Entende-se que a *entrega* pode relacionar-se a um ritual, um sonho, e a fantasia de se entregar ao noivo, vestida de branco, no altar. Assim, permite-se destacar elementos simbólicos em uma linguagem metafórica, que imprime significações culturais para os sentidos da virgindade.

Quando interrogadas se a família também exercia papel sobre manterem-se virgens, as respostas conduziram ao *medo*, exemplificado pelo relato de Sônia: “Tenho medo de perder e minha mãe descobrir, daí eu apanho” (Sônia, 18 anos). Sobre o relato da adolescente, mais uma vez percebe-se a influência da família sobre a construção da sexualidade deste grupo de adolescentes, e os reflexos de concepções da família patriarcal, em que a *honra* é símbolo necessário para o matrimônio (SCOTT; CORDEIRO; MENEZES, 2010), com pressões direcionadas somente ao sexo *feminino*, demarcando outra assimetria de gênero.

Os guardiões desta *honra* são os pais, que devem garantir que suas filhas simbolizem objetos preciosos nas trocas matrimoniais. Romper com a imposição desta manifestação de poder é sujeitar-se a represálias, conforme ficou expresso na verbalização de Sônia.

Observa-se que, no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Portanto, no patriarcado, “a execução do projeto de *dominação-exploração* da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência” (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Considerações finais

Ao iniciar a escrita deste artigo, apresentamos as questões que norteavam sua construção, e quais hipóteses estavam sendo testadas, que eram: Quais são as representações sociais

que definem os papéis de gênero entre os(as) adolescentes do MST?; Quais mecanismos exercem poder sobre as desigualdades de gênero entre a adolescência do MST? Há uma ideologia patriarcal que cobre uma estrutura de poder desigual entre a adolescência do MST? Para tecermos considerações, que de forma alguma são finais mas demonstram os resultados que responderam aos nossos objetivos, novamente utilizaremos as questões norteadoras, trazendo as respostas obtidas para cada uma delas.

Ao retomarmos a primeira questão, sobre *quais seriam as representações sociais que definem os papéis de gênero entre os(as) adolescentes do MST*, observamos que os papéis sexuais foram construídos social e culturalmente e estão sendo reafirmados, com pouca resignificação no processo histórico da vivência da adolescência participante do estudo. Assim, as desigualdades de gênero condicionam *meninos* e *meninas* a assumirem padrões de comportamento distintos, sendo culturalmente direcionados a pensar e agir de acordo com a natureza de seu sexo.

Portanto, as relações que se estabelecem na família e em todo o contexto da coletividade do acampamento se entrelaçam na construção da sexualidade dos(as) adolescentes, fortemente marcada por relações de poder expressas principalmente sobre a figura do pai, e que determinam os papéis de gênero produzindo desigualdades marcantes sobre as meninas.

Nessa direção, cabe destacarmos a restrição imposta às meninas do acampamento para *falar sobre a sexualidade*. No entanto, defendemos que independentemente do contexto histórico, social, cultural ou político da vivência do indivíduo, a educação sexual deve ser uma das missões a ser transmitida no ato de educar os(as) filhos(as), pois proporcionar momentos de diálogo sobre sexualidade no ambiente familiar, livre de tabus e preconceitos torna-se peça chave na formação da identidade de gênero e no desempenho saudável dos papéis sexuais dos(as) filhos(as).

Sobre a segunda questão norteadora deste estudo, que interrogou *quais mecanismos exercem poder sobre as desigualdades de gênero entre a adolescência do MST*, constatamos que várias agências exercem poder sobre as desigualdades. Destaca-se o papel da família, principalmente marcado sobre a figura do pai; as normas sociais vigentes e que moldam os ambientes de socialização; e o próprio setor de disciplina do acampamento, que age oprimindo os(as) adolescentes.

Os resultados ressaltam a perpetuação de um modelo de família patriarcal, em que não há mudanças sociais no âmbito da família dos acampados, principalmente sobre a figura da *mulher* adolescente. As relações intergeracionais são extremamente conflitantes e impregnadas de tabus e preconceitos historicamente construídos, que marcam principalmente as diferenças sobre os papéis de gênero. Com esta contextualização, também respondemos a terceira questão norteadora do estudo: *Há uma ideologia patriarcal, que cobre uma estrutura de poder desigual entre a adolescência do MST? Com base nos resultados, podemos responder que sim.*

No entanto, ao falarmos sobre os acampamentos do MST, devemos nos remeter ao mundo rural, e pensar que este, em sua grande maioria, é marcado pela *moralidade* e por uma presença ainda forte do modelo de família patriarcal, que confere ainda mais naturalidade à dominação masculina, fazendo com que a diferença de gênero na vivência da sexualidade entre os(as) adolescentes seja bastante evidente.

Cabe lembrar que estes adolescentes vivenciam a condição de acampados, sendo a fase do acampamento um importante momento na constituição de novas relações de gênero, que significam construções sociais do ser *homem* ou ser *mulher*. Em função dessa construção, serão atribuídos a estes adolescentes, de *um ou de outro sexo*, papéis sociais a serem desempenhados em determinados lugares.

A distinção de gênero emerge como umas das principais características sobre a construção da sexualidade dos(as) adolescentes da pesquisa. Essas distinções entre gêneros se fizeram presentes nos contextos de interação cotidianos e também no que se refere à sexualidade, pois os adolescentes *homens* têm mais acesso a atividades de lazer, maior autonomia para saírem sem os pais, mais possibilidades de socialização e também em relação à sexualidade.

Devemos destacar, conforme verificado nas RS dos(as) adolescentes deste estudo, que as assimetrias de gênero entre adolescentes do sexo *masculino* e *feminino* manifestam-se significativas na forma com que vivenciam sua condição de adolescentes e sua sexualidade.

Entende-se, portanto, que os hábitos e costumes mais comuns e rotineiros expressos dentro de uma determinada sociedade registram a impressão coletiva e manifestam princípios e valores socialmente elaborados, entre os quais a questão do gênero, pois, a socialização

dos papéis *feminino* e *masculino* se verifica a partir das posturas impostas ao corpo.

Devemos lembrar que estamos às voltas com a construção social não apenas do gênero, mas também do espaço, o acampamento, onde, em um movimento simultâneo, um e outro vão sendo moldados. As relações sociais dão forma e contorno aos lugares ao mesmo tempo em que os lugares acabam formatando as relações. Assim, na divisão sexual, observamos entre o grupo pesquisado distinções entre espaços e comportamentos heteronormativos, ditos como *femininos* e *masculinos*.

Desse modo, é possível sintetizar que as representações sociais sobre as desigualdades de gênero entre a adolescência dos acampamentos pesquisados, são compartilhadas e construídas sócio, histórico e culturalmente. Considera-se, no entanto, que os efeitos da difusão dos conhecimentos é que estão guiando seu comportamento e práticas sexuais, repassando essas assimetrias sobre ser *masculino* ou *feminino* ao longo da história de vida destes(as) adolescentes.

Devemos destacar que as RS encontradas neste grupo de adolescentes não são generalizáveis a outros grupos e acampamentos do MST. Entende-se que as representações são construídas em contextos macro e micro; este estudo refere-se a um grupo muito particular, com experiências individuais e coletivas muito diferentes entre si.

No entanto, os resultados desta pesquisa suscitam a necessidade de outros estudos, que avancem com mesma profundidade no entendimento das relações de gênero e suas assimetrias em outros acampamentos do MST.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In.: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.) *Gênero e geração em contextos rurais* Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

ALVES, M. F. P. Sexualidade e prevenção de DST/

AIDS: representações sociais de homens rurais de um município da zona da mata pernambucana, Brasil. In: *Gênero, sexualidade e saúde Reprodutiva: a constituição de um novo campo na saúde coletiva. Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2, 2003.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 440 p.

CAMBRUZZI, C.; RUBIM, L. A sexualidade da mulher rural: Rupturas e continuidades. In: VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. *Anais*. 2012.

CASTRO, E. G. de et al.. *Os Jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator social político*. Mauad X. Seropédica: EDUR, 2009.

CASTRO, E. G. de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Org.) *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 245-275.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R., SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e pesquisa social: o debate orientado como técnica de investigação. *Ser Social*, Brasília, n. 9, p. 159-186, 2001.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1998.

GOLDEMBERG, M. O discurso sobre o sexo: diferenças de gênero na sexualidade carioca. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. (orgs.). *Culturas jovens: Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUALDA, D. M. R.; RESSEL, L. B. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*,

São Paulo, v. 37, n. 3, p. 82-87, set. 2003.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Org.) *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-34.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, R. A. P. *Sexualidade e adolescentes: um estudo de representações sociais*. 2004 f. 213. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2004.

PAIS, J. M. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. *Parecer 1012/03*. Curitiba: 2003.

PAULO, M. A. L. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 345-368.

PULEO, A. H. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 13-34.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de luta ou "coordenadoras de panela"? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. (in memoriam). A questão da mulher na perspectiva socialista. *Lutas Sociais*, São Paulo. n. 27, p. 82-100, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: Costa, A. O; Bruschini, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

SCOTT, P.; ATHIAS, R.; QUADROS, M. T. *Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas*. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2007.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. *Gênero e Geração em contextos rurais* (Org.). Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SPINK, M. J. *Linguagem e produção dos sentidos no cotidiano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

VIEIRA, R. S. *Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2004. 113f. Dissertação de Mestrado (Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/CED/UFSC); Santa Catarina, 2004.